



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/12/2014

INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL O DEBATE.....	1
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	3 - 5
4. FÓRUM DE SÃO LUÍS	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6
5. ORÇAMENTO	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7 - 9
5.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	10 - 12
5.3. JORNAL O PROGRESSO.....	13
6. PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
6.1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS.....	14
6.2. JORNAL O DEBATE.....	15
6.3. JORNAL O PROGRESSO.....	16
6.4. JORNAL PEQUENO.....	17 - 18
7. SESSÃO ITINERANTE	
7.1. JORNAL O DEBATE.....	19
7.2. JORNAL PEQUENO.....	20
8. VARA CRIMINAL	
8.1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS.....	21
8.2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	22
8.3. JORNAL EXTRA.....	23
8.4. JORNAL O DEBATE.....	24
8.5. JORNAL O IMPARCIAL.....	25 - 26
8.6. JORNAL PEQUENO.....	27

Recesso forense altera rotina nas varas e juizados

O recesso forense que compreende o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro altera a rotina de Varas e Juizados da capital e do interior. Durante o recesso, estão suspensas as audiências e as sessões de julgamento em todas as unidades. O mesmo vale para prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados.

A medida não se aplica a processos de réus presos com autos vinculados à prisão, bem como a casos de natureza urgente ou que visem a garantir a preservação de direitos. Para demandas urgentes - habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminar - o Poder Judiciário funciona em regime de plantão judicial (cível e criminal) durante o período do recesso.

O expediente é normal para magistrados e servidores. A exceção fica por conta do recesso de Natal e Ano-Novo (respectivamente de 22 a 26 de dezembro e de 29 de dezembro a 02 de janeiro de 2015), quan-

do as unidades judiciais funcionam em sistema de rodízio. O recesso forense anual está previsto no art. 277 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e compreende o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Atendendo a pedido da seccional da OAB, decisão aprovada pelo Pleno do TJ estendeu o período até 20 de janeiro, para que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais no período.

Serviços - De modo a garantir o atendimento ao cidadão pela Justiça, alguns serviços do Poder Judiciário funcionam normalmente durante o recesso, a exemplo da emissão de certidões e emissão de folha corrida (antiga declaração de antecedentes criminais).

Também funcionam normalmente no período a autorização para viagens de menores, obtida na 1ª Vara da Infância e da Juventude (Avenida Silva Maia, 219, Centro, próximo à Praça Deodoro), ou nos postos que funcionam na Rodoviária, das 7h às 19h, Aeroporto (24h) e Estação

Ferrovária (somente em dias de viagens. Para viagens internacionais a autorização é obtida exclusivamente na 1ª Vara da Infância.

Nos cartórios, serviços como registros imobiliários, civil e de óbito não sofrem alteração.

Medidas cautelares de urgência que visem à proteção de mulheres vítimas de violência continuam sendo aplicadas durante o recesso. Para atendimento diretamente na Vara da Mulher é necessário o registro do Boletim de Ocorrência em qualquer delegacia.

A Unidade Móvel do Juizado de Trânsito, que atende a acidentes de trânsito sem vítimas fatais, funciona de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h. O serviço pode ser contatado pelos telefones: 98815-8346 e 98878-3003. Em qualquer outro horário o cidadão deve procurar o Grupo Tático de Trânsito, da SMTT, cujo atendimento pode ser feito pelo telefone 3214-1149.

Para o recebimento de críticas, sugestões, reclamações e orientações sobre serviços do Judiciário a Ouvidoria e o Telejudiciário funcionam de segunda à sexta, das 8h às 18h, nos telefones 3194-5849 (Ouvidoria) e 0800-707-1581 (Telejudiciário).

Idoso que matou jovem no Cohafuma será julgado amanhã

Será submetido a júri popular amanhã o idoso Veudacy Guterres Cavalcante, 77 anos, acusado do assassinato do jovem Marcelo Henrique Freitas Gusmão, 22 anos, no início da tarde do dia 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, próximo ao condomínio onde morava o acusado e onde a vítima residia com a família. O julgamento será às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

A sessão de julgamento será presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e a defesa com o advogado Herivelton Lago.

Veudacy Guterres Cavalcante, viúvo, também conhecido como Funaro, na época do crime foi preso e recolhido à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Olho-d'Água. De acordo com a decisão de pronúncia, ele assassinou Marcelo Henrique Freitas por vingança. No ano anterior o réu fora con-



Veudacy Guterres Cavalcante

denado a seis anos e meio de reclusão pela prática de atentado violento ao pudor cometido em maio de 2004 contra a vítima, que na época tinha apenas 13 anos.

Conforme a acusação do Ministério Público, o acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique, que se encontrava em um ponto de ônibus, próximo ao condomínio onde morava. O jovem morreu no local.

Consta na denúncia que o acusado desceu de um

ônibus coletivo e, ao notar a presença da vítima, dirigiu-se a ela e passou a discutir com a mesma. Veudacy distanciou-se um pouco, mas, de imediato, aproximou-se novamente e efetuou um tiro de revólver calibre 38, mas a arma falhou. O réu atirou mais duas vezes, atingindo o tórax e as costas do jovem que caiu, sendo que o denunciado desferiu um terceiro tiro que também atingiu as costas do rapaz.

Após o crime, Veudacy Guterres saiu do local e foi para o seu apartamento, onde foi pre-

so em flagrante por policiais militares, tendo confessado a prática do homicídio, entregando, inclusive, a arma do crime, que estava sobre um móvel da sala.

Interrogado em juízo, o acusado afirmou que matou a vítima por que há quatro anos o jovem o vinha ameaçando, mas afirmou não ter registrado na polícia nenhuma das ameaças. Disse que andava armado porque tinha medo de morrer e que a arma que utilizou não era legalizada. Negou ter premeditado o crime.

Paciente com tetraplegia ganha direito a remédios

VITÓRIA DO MEARIM - Como resultado de Ação Civil Pública ajuizada, em 1º deste mês, pelo titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Vitória do Mearim, João José e Silva Veras, o Poder Judiciário determinou, liminarmente, no dia 10 deste mês, o fornecimento mensal de medicamentos e acessórios médicos a um paciente do município que sofre de tetraplegia traumática há 15 anos. Outra determinação é o custeio do transporte mensal dele e de um acompanhante para São Luís para tratamento no Hospital Sarah Kubitschek, especializado em neuroreabilitação. O município de Vitória do Mearim fica localizado a 176 km de São Luís.

Com a decisão liminar, o Município de Vitória do Mearim deve fornecer, mensalmente, os medicamentos Xylocaína e Oxibutamina, entre outros remédios, além de sondas, gazes e luvas de procedimento ao paciente.

O fornecimento deverá ser iniciado cinco dias após a Prefeitura de Vitória do Mearim ser intimada da liminar. Os outros fornecimentos devem ser feitos a cada 30 dias, contados a partir da data inicial.

Em caso de descumprimento das determinações da liminar, o prefeito do Município estará sujeito ao pagamento de multa de R\$ 500 diários, até o limite de R\$ 10 mil. O montante deve ser revertido em favor do paciente.

Decoração natalina em três imagens

2) **Fachada** do Tribunal de Justiça do Maranhão, no Centro Histórico, recebeu luzes em sua decoração natalina



Orçamento estadual recebe 300 emendas

Assembleia deve votar hoje o orçamento de R\$ 15,8 bilhões para o Estado, que recebeu mais de 300 emendas parlamentares; na Câmara de São Luís, será votado orçamento de R\$ 2,7 bilhões. **Política 3**

Mais de 300 emendas ao Orçamento 2015 foram propostas pela Assembleia

Peça define montante de R\$ 15,8 bilhões para o Governo do Estado e deve ser apreciada hoje pelos deputados estaduais como última ação pré-recesso

Ronaldo Rocha
Da editoria de Política

Mais de 300 emendas parlamentares ao Orçamento 2015 foram apresentadas pelos deputados estaduais para análise da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Roberto Costa (PMDB).

Ao todo, 252 propostas foram aprovadas pelo colegiado, que disponibilizará o relatório final hoje para a apreciação do plenário. A expectativa é de que o Orçamento do Estado seja aprovado sem qualquer tipo de divergência entre a bancada governista e os aliados do futuro governador do Maranhão.

De acordo com Roberto Costa, a comissão analisou de forma criteriosa o orçamento e elaborou o relatório a "quatro mãos", com participação de membros de todas as bancadas da Casa. Ele afirmou estar tran-



Ag.Assembleia

Deputados estaduais se preparam para votação do orçamento, que não deverá enfrentar contratempos

quilo em relação ao trabalho desenvolvido pela comissão.

"Fizemos amplas discussões, permitimos a participação de membros importantes do futuro governo e chegamos a um consenso em relação ao orçamento que será votado amanhã [hoje] em plenário. Foram inúmeros os esforços para garantir a viabilidade dos projetos sociais e ações do futuro governo, que terá um orçamento equilibrado para iniciar o seu trabalho", destacou.

O opositor Marcelo Tavares (PSB), futuro secretário-chefe da Casa Civil, reconheceu o empenho de Roberto Costa. "Roberto conseguiu fazer um brilhante trabalho e o orçamento está de fato bem elaborado. Portanto, creio que vamos conseguir votá-lo sem nenhum problema amanhã [hoje]", disse.

Cortes - A maior polêmica em relação ao Orçamento 2015 diz respeito à proposta do Poder Judiciário, que previa receitas de R\$ 1,6 bilhão para o Tribunal de Justiça, valor R\$ 750 milhões maior do que o atual aplicado.

O montante teve de ser cortado em cerca de R\$ 500 milhões pela Comissão de Orçamento, que garantiu receitas de R\$ 1,1 bilhão para o TJ. No mês passado, Costa já havia afir-

Mais

No ano passado, a Comissão de Orçamento da Assembleia havia recebido 319 emendas ao Orçamento do Estado para o exercício financeiro 2014. Destas, o colegiado aprovou 279. Na ocasião, cada deputado teve direito a indicações de R\$ 4 milhões em emendas.

mado que relatório preliminar do colegiado apontava para a inviabilidade do orçamento do Judiciário.

Ele justificou, na ocasião, que caso fosse aprovado da forma como foi apresentado, o orçamento inviabilizaria o governo Flávio Dino (PCdoB). "Acredito que um dos maiores avanços que conseguimos ter foi justamente chegar a um consenso em relação ao orçamento do Poder Judiciário. Trabalhamos de forma intensa para alcançar soluções viáveis e conseguimos chegar a um valor de receita equilibrado, dentro das possibilidades do Estado", explicou.

Roberto também afirmou que, apesar dos cortes, foram garantidos recursos para investimentos no Poder Judiciário, Ministério Público e demais instituições da estrutura do Estado.



Paulo Carua

Com Astro e Pereirinha, Osmar Filho articula votação do orçamento de SL

Câmara também vota hoje orçamento do Município

Carla Lima
Da editoria de Política

O Orçamento de 2015 de São Luís será votado hoje na Câmara Municipal. A votação deveria ter ocorrido ontem, no entanto, após reunião dos membros da comissão de orçamento da Casa com os vereadores, a data foi modificada. Os vereadores analisarão a previ-

são de R\$ 2,7 bilhões da prefeitura da capital e também 85 emendas parlamentares apresentada por seis vereadores.

Antes de colocar o parecer em votação, o presidente Ivaldo Rodrigues (PDT) decidiu apresentar o documento aos demais parlamentares. Segundo ele, para evitar discussões no momento da votação. Isso fez com que a data de votação fosse transferida.

Definidas as emendas que a bancada maranhense fará ao orçamento da União

Deputados e senadores maranhenses apresentaram projetos que, juntos, superam R\$ 200 milhões, mas expectativa é de liberação de 10% das emendas

Carla Lima
Da Editoria de Política

A bancada maranhense no Congresso Nacional entregou ontem as emendas coletivas. A quantidade, 16, é a mesma do ano passado. A diferença neste ano é que os parlamentares dedicaram mais emendas para órgãos federais na tentativa de facilitar a liberação das indicações. De acordo com o líder da bancada, deputado Sarney Filho (PV), somente 10% das emendas coletivas chegam a ser liberadas.

A previsão é de que em 2015 sejam destinados mais de R\$ 200 milhões em emendas. Elas são divididas em emendas de bancada e emendas individuais. Das emendas coletivas, a bancada na Câmara dos Deputados já definiu a divisão dos R\$ 50 milhões a que os parlamentares têm direito.

Em reunião, os 18 deputados federais acordaram que as indicações de emendas irão para a Procuradoria Regional do Trabalho - com a aquisição de seu edifício sede em São Luís; a Polícia Rodoviária Federal (PRF) - com a construção da sede da Superin-



Ag. Câmara

Coordenados por Sarney Filho, parlamentares montaram projetos

tendência; a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), o Tribunal de Justiça do Maranhão - com a reforma e ampliação do prédio, e a Polícia Federal no Maranhão - com a construção do edifício sede.

Liberação - Apesar dessa previsão, as expectativas para a liberação dessas emendas não são positivas. Em via de regra, o governo federal costuma liberar

menos de 10% das indicações.

De acordo com o deputado Sarney Filho, o processo é burocrático. As emendas são liberadas pelos ministérios, que buscam sempre projetos adequados para a liberar a verba.

"Para citar um exemplo, a UFMA sempre recebe emendas da bancada maranhense, no entanto, esse ano não houve qualquer liberação de verba para universidade", afirmou o parla-

Mais

No início de dezembro, o governador eleito Flávio Dino e o prefeito de São Luís, Edivaldo Júnior, reuniram-se com a bancada de deputados e senadores para indicar os setores de seus interesses nos projetos das emendas parlamentares. Além de governo e prefeitura, os deputados beneficiaram o Poder Judiciário e as Universidades na apresentação de suas emendas para 2015.

mentar do PV.

Para tentar facilitar a liberação das indicações, os deputados maranhenses destinaram boa parte das indicações para órgãos federais como a Polícia Rodoviária Federal. " Fizemos a opção de encaminhar boa parte das emendas para órgãos federais porque entendemos que será de interesse liberar a verba", disse.

Além das emendas de bancada, cada deputado tem direito a emendas individuais, cujos valores chegam a R\$ 16 milhões. No acordo deste ano, os deputados devem apresentar no máximo 25 indicações.

Audiência do caso Brunno será realizada hoje em SL

Advogado Brunno Eduardo Matos Soares foi morto no dia 6 de outubro, no Olho d'Água

Está marcada para hoje a primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira. A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, será às 8h30, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Serão ouvidas as vítimas, inquiridas as testemunhas e interrogados os acusados.

O processo tem como acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Foram arroladas pelo Ministério Público e a defesa dos acusados 30 testemunhas. A acusação fica a cargo do promotor de Justiça Agamenon Batista de Almeida Junior.

Os crimes de homicídio e tentativa de homicídio ocorreram na

madrugada do dia 6 de outubro de 2014, na Rua dos Magistrados, bairro Olho d'Água. Por volta das 5h30, policiais militares se dirigiram ao local, onde foram informados de que o autor seria Carlos Humberto Marão Filho, residente na mesma rua, próximo ao local do fato. Os policiais foram até a residência do suspeito e, ao tocarem a campainha da casa, foram recebidos por Carlos Marão, que se encontrava com escoriações e sob o efeito de álcool, momento em que recebeu voz de prisão.

Julgamento - Será submetido a júri popular, amanhã, o idoso Veudacy Guterres Cavalcante, 77 anos, acusado do assassinato do jovem Marcelo Henrique Freitas Gusmão, 22 anos, no início da tarde do dia 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, próximo ao condomínio onde morava o acusado e onde a vítima residia com a família. O julgamento será às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). A sessão de julgamento será presidida pelo juiz titular da 2ª Vara

do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e a defesa com o advogado Herivelton Lago.

Veudacy Guterres Cavalcante, viúvo, também conhecido como *Funaro*, na época do crime foi preso e recolhido à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Olho d'Água. De acordo com a decisão judicial, ele assassinou Marcelo Henrique Freitas por vingança. No ano anterior, o réu havia sido condenado a seis anos e meio de reclusão pela prática de atentado violento ao pudor cometido em maio de 2004 contra a vítima, que na época tinha apenas 13 anos.

Conforme a acusação do Ministério Público, o acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique, que se encontrava em um ponto de ônibus, próximo ao condomínio onde morava. O jovem morreu no local. O acusado teria descido de um ônibus e, ao notar a presença da vítima, dirigiu-se a ela e iniciou uma discussão. Veudacy distanciou-se um pouco, mas, de imediato, aproximou-se novamente e efetuou um tiro de revólver calibre 38.

Idoso que matou jovem no Cohafuma será julgado nesta quinta (18)

Será submetido a júri popular nesta quinta-feira (18), o idoso Veudacy Guterres Cavalcante, 77 anos, acusado do assassinato do jovem Marcelo Henrique Freitas Gusmão, 22 anos, no início da tarde do dia 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, próximo ao condomínio onde morava o acusado e onde a vítima residia com a família.

O julgamento será às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

A sessão de julgamento será presidida pelo juiz titular

da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e a defesa com o advogado Herivelton Lago.

Veudacy Guterres Cavalcante, viúvo, também conhecido como Funaro, na época do crime foi preso e recolhido à Unidade Prisional de Resocialização (UPR) do Olho-d'Água.

De acordo com a decisão de pronúncia, ele assassinou Marcelo Henrique Freitas por vingança. No ano anterior o réu fora condenado a seis anos e meio de reclusão pela prática de atentado violento ao pudor cometido em maio

de 2004 contra a vítima, que na época tinha apenas 13 anos.

Conforme a acusação do Ministério Público, o acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique, que se encontrava em um ponto de ônibus, próximo ao condomínio onde morava. O jovem morreu no local.

Consta na denúncia que o acusado desceu de um ônibus coletivo e, ao notar a presença da vítima, dirigiu-se a ela e passou a discutir com a mesma. Veudacy distanciou-se um pouco, mas, de imediato, aproximou-se novamente e efetuou um tiro de revólver calibre 38, mas a arma falhou.

COROATÁ E SÃO MATEUS

TJMA instala salas de depoimento especial nas comarcas

As comarcas de Coroatá e São Mateus passam a contar com salas equipadas para a coleta de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica em processos que tramitam na Justiça. Os espaços estruturados foram entregues nesta segunda-feira (15), pelo presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon Neto, e pela juíza membro, Karla Jeane Matos.

As salas irão funcionar em Coroatá, no Fórum Desembargador Menezes Júnior (Rua Gonçalves Dias, s/n, Centro), e em São Mateus, no Fórum, localizado na Rua Volta Redonda, s/n, Toca da Raposa.

Também já estão equipadas com o serviço as comarcas de São Luís, Bacabal, Santa Inês, Imperatriz, Caxias, Timon, Raposa e Coelho Neto.

Durante as solenidades, o desembargador Jamil Gedeon Neto destacou a importância do depoimento especial para humanizar o atendimento e evitar a revitimização das crianças e adolescentes e mos-

trou aos diretores dos fóruns como funcionará a oitiva de crianças, ressaltando o empenho da presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, que na sua gestão vem priorizando a área social, em especial a infância e juventude.

"A intenção do Judiciário maranhense é avançar sempre no atendimento aos jurisdicionados, oferecendo melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores e garantindo efetividade aos projetos sociais, a exemplo das salas de depoimento especial. Nelas, as vítimas e testemunhas se sentem mais a vontade para narrar os fatos relacionados ao crime, com a presença de profissionais capacitados, e sem sofrerem nenhum tipo de constrangimento ou ameaça", pontuou o desembargador.

A magistrada Karla Jeane, responsável pela instalação da primeira sala de depoimento no Estado, em 2008, na comarca de Coelho Neto, antes mesmo da recomendação feita pelo CNJ, em 2010, explicou o funcionamento da estrutura e a importância do projeto como forma de amenizar o sofrimento

das vítimas de crimes.

"É com imensa satisfação que entregamos mais duas salas que, por meio de profissionais devidamente treinados - magistrados, assistentes sociais, psicólogos e servidores -, irão contribuir para amenizar o sofrimento de crianças e adolescentes, durante a oitiva, já que eles se sentem inibidos na presença dos supostos agressores e, desta forma, garantir mais eficácia na tomada de depoimentos. É um sonho antigo nosso que está sendo realizado", ressaltou a juíza.

A diretora do Fórum de Coroatá, juíza Josane Farias Braga, que também responde pela 1ª Vara, enfatizou que o projeto demonstra a preocupação do Judiciário em aproximar-se cada vez mais do cidadão, numa tentativa de resolver parte dos problemas que assolam a sociedade, e confessou ainda, a dificuldade enfrentada na oitiva de crianças e adolescentes, sem a devida estrutura.

Já o diretor do Fórum de São Mateus, Marco Aurélio Marques, que responde pela Vara Única, frisou que por meio das salas montadas e dos treinamentos feitos voltados para

o depoimento especial, os magistrados julgarão de forma mais eficaz os casos.

"Essa conquista representa a realização de um anseio nosso, de todos os profissionais que atuam na área da infância e juventude e, principalmente da sociedade. A partir de agora, poderemos julgar os respectivos casos com mais segurança, tendo em vista que os relatos serão mais fidedignos ao preservarmos a integridade emocional das vítimas, em um ambiente apropriado", assegurou o juiz.

O advogado José Agnelo Rodrigues, que atua há mais de 35 anos, na Justiça maranhense, avaliou que o projeto significa um grande avanço para a sociedade.

"Tenho vivenciado o grande desenvolvimento pelo qual tem passado a Justiça do nosso Estado, que cada vez mais, tem investido em melhorias estruturais e em projetos sociais. Isso tem facilitado muito o nosso trabalho", destacou o advogado.

O projeto conta nas comarcas com parceria do Poder Executivo, na cessão de assistentes sociais e psicólogos que irão atuar nos casos.

RECESSO FORENSE

O recesso forense que compreende o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro altera a rotina de Varas e Juizados da capital e do interior. Durante o recesso, estão suspensas as audiências e as sessões de julgamento em todas as unidades. O mesmo vale para prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados. A medida não se aplica a processos de réus presos com autos vinculados à prisão, bem como a casos de natureza urgente ou que visem a garantir a preservação de direitos. Para demandas urgentes - habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminar - o Poder Judiciário funciona em regime de plantão judicial (cível e criminal) durante o período do recesso.

UFMA

Tribunal de Justiça julga 130 processos em sessão itinerante



Os estudantes de Direito da UFMA participam da sessão

Com o objetivo de aproximar a Justiça de 2º grau da população e da comunidade acadêmica, o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) realizou nesta terça-feira (16) a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível, no Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão

(UFMA), com a participação de mais de 70 pessoas, entre estudantes e servidores da Justiça.

Composta pelos desembargadores Guerreiro Júnior (presidente), Marcelo Carvalho e José de Ribamar Castro, a 2ª Câmara Cível julgou 130 processos (61 em pauta e 69 em extrapauta).

Participaram da sessão, o reitor da UFMA, Natalino Salgado, representantes do Ministério Público (MP) e da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB).

Segundo o desembargador Marcelo Carvalho, o projeto permite ao Poder Judiciário uma maior descentralização, possi-

bilitando uma maior interação com a realidade social. "Para ser um juiz verdadeiro, o magistrado tem que conhecer a realidade da comunidade", frisou.

Natalino Salgado, reitor da UFMA, destacou que a universidade tem uma relação histórica com o Tribunal, através de parcerias firmadas no decorrer de sua trajetória, a exemplo da Casa da Justiça Universitária, que está em fase de implantação.

"Temos aberto os espaços da Universidade para o Judiciário visando consolidar esse processo de proximidade do Tribunal de Justiça com a sociedade", ressaltou.

O estudante do 3º período de Direito, Davi Nogueira, falou da importância da realização de audiências na universidade como forma de aliar a teoria à prática. "Com a iniciativa, podemos ver na prática aquilo que assimilamos em sala de aula. As sessões itinerantes permitem à sociedade ver de perto o trabalho do Judiciário", opinou.

JULGAMENTO

Após um ano e quatro meses de um brutal assassinato, o autor vai ser julgado, nesta quinta-feira (18), às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Trata-se do idoso Veudacy Guterres Cavalcante, de 77 anos, acusado do assassinato do jovem Marcelo Henrique Freitas Gusmão, 22 anos, no início da tarde do dia 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, próximo ao condomínio Novo Tempo. O acusado e a vítima eram vizinhos, pois residiam na mesma localidade.

■ Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovaram moção de cumprimentos à direção do jornal **O Imparcial** pela capa da edição de 15 de dezembro, que traz um alerta sobre o número recorde de assassinatos registrados na Grande São Luís em 2014.

Show de mortes (1)

*A capa da edição de segunda-feira de **O Imparcial**, “Vidas Perdidas”, que reuniu a relação de mais de mil pessoas assassinadas na região metropolitana de São Luís em 2014, repercutiu amplamente nas redes sociais e também no Tribunal de Justiça. Por proposta do desembargador Marcelino Everton, seus colegas da 4ª Câmara Cível aprovaram moção de cumprimentos à direção do jornal, pela capa.*

Show de mortes (2)

Trata-se de uma peça de pura arte gráfica que, infelizmente, retrata uma situação de violência escancarada, que desafia o próprio aparelho de segurança pública e o Judiciário. Além de criativa, a capa “Vidas Perdidas” é um chamamento às pessoas responsáveis à ação, como bem interpretou Marcelino Everton. Muito mais do que simples reflexão, é preciso que todos ajam, pois até a polícia foi à rua protestar contra a onda de mortes.

JUDICIÁRIO

Capa de O Imparcial recebe elogios

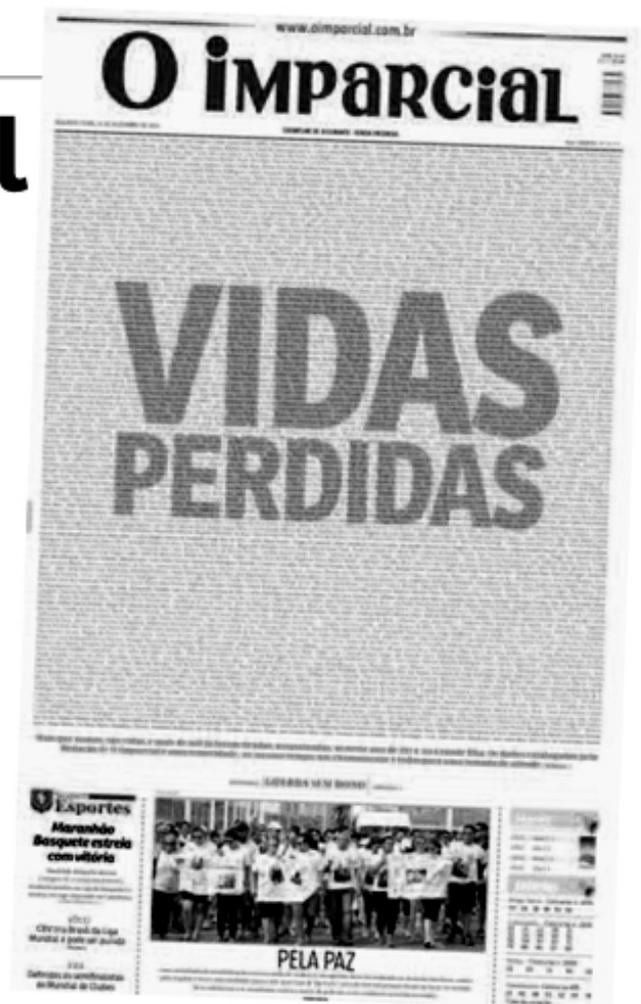
Os desembargadores que compõem, atualmente, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovaram moção de cumprimentos à direção do jornal **O Imparcial**, pela capa da edição de 15 de dezembro, que traz um alerta sobre o número recorde de assassinatos registrados na região metropolitana de São Luís em 2014.

Com a manchete "Vidas Perdidas", o jornal publicou em sua capa os nomes de todas as mais de mil pessoas que perderam suas vidas, vítimas da violência neste ano, segundo dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão. O levantamento aponta 2014 como o ano mais violento da capital mara-

nhense, e São Luís como a segunda cidade brasileira com maior registro de homicídios.

Autor da proposta, o desembargador Marcelino Everton, atual presidente da 4ª Câmara Cível, disse que será enviado expediente ao diretor de Redação de **O Imparcial**, Raimundo Borges, cumprimentando o periódico pelo que a própria publicação definiu como "chamamento a todos para uma tomada de atitude".

"Que sirva de reflexão para todos", resumiu Marcelino Everton, que recebeu manifestações de apoio dos desembargadores Jorge Rachid, Jamil Gedeon e do juiz Luiz Gonzaga Almeida Filho, substituto de 2º grau.



Deputados fazem acordo para aprovar orçamento

Sem muita discussão. Assim deverá ser votado, hoje, o orçamento estadual para o próximo ano, que prevê arrecadação e despesas de R\$ 15,8 bilhões, valor R\$ 1,7 bilhão maior do que o último do governo Roseana Sarney. Houve mais de 300 emendas parlamentares, a maior parte destinada aos municípios nos quais os deputados estaduais trabalham. Houve corte no valor solicitado pelo Poder Judiciário, mas R\$ 26 milhões serão para investimentos.

POLÍTICA 3

ORÇAMENTO

Acordo garante aprovação

Governistas e opositoristas chegam a acordo e orçamento de 2015 deve ser aprovado na manhã de hoje sem nenhum problema. Cortes nos recursos do Judiciário foram mantidos

GLAUCIONE PEDROZO

Orçamento estadual será votado hoje, sem grandes discussões na Assembleia Legislativa do Maranhão, segundo o presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Roberto Costa (PMDB). O parlamentar afirmou que por ter contado com a colaboração de todos os setores, ele deverá passar fechado na sessão de hoje. "A previsão é que passe sem muitas discussões porque ele está sendo feito em comum acordo com todas as lideranças, tanto governistas quanto oposição", revelou.

Opinião semelhante também tem o deputado Marcelo Tavares (PSB), que é um dos integrantes da equipe de transição de governo do governador eleito Flávio Dino (PCdoB). "O deputado Roberto Costa conduziu muito bem a questão, não há razão para não votar amanhã (hoje). Há um consenso entre os deputados", afirmou.

Tavares lembrou ainda que este orçamento ainda não faz parte de um projeto de governo de Flávio Dino, visto que foi elaborado ainda pela atual gestão. "Foi construído entre todos os lados políticos que compõem a Assembleia Legislativa, acho que não há nenhum motivo de discórdia. Ainda não é um orçamento nosso, mas é um orçamento possível e o governador

>> Orçamento

Corte no Judiciário

Quase R\$ 200 milhões, somente em pessoal
Investimentos garantidos

R\$ 26 milhões para o Judiciário

R\$ 15 milhões para o Ministério Público

R\$ 3,7 milhões para o Tribunal de Contas
Número de emendas propostas

Mais de 300 emendas parlamentares

poderá fazer as modificações necessárias", lembrou.

Para garantir que o documento seja votado ainda hoje, Costa entrou com requerimento de urgência na Mesa Diretora da Assembleia. Essa medida deve garantir a prioridade de votação do Projeto de Lei Orçamentária (LOA) para 2015.

Entre os cortes feitos, Costa destaca os manejos feitos no Judiciário, órgão que era um dos principais entraves à adequação do orçamento. "Cerca de R\$ 500 milhões foram cortados do Judiciário, adequamos à realidade, sendo que na parte de pessoal foi cortado quase R\$ 200 milhões, mas estamos atendendo necessidades do Poder Judiciário como um todo. Há recursos garantidos para in-

vestimentos, por exemplo", disse.

Entre os pedidos atendidos, o presidente da Comissão ressaltou que, apesar do grande corte feito para o orçamento do Tribunal de Justiça, o Orçamento ainda prevê um montante de R\$ 26 milhões para investimento. No Ministério Público, o valor disponível para investimentos em 2015 deve chegar a R\$ 15 milhões e no Tribunal de Contas do Estado esse montante deve atingir R\$ 3.700 milhões.

Até o fechamento desta edição, a Comissão de Orçamento da Assembleia ainda estava reunida com a equipe técnica da Casa para revisar e definir os últimos pontos do relatório que será publicado hoje. Apesar disso, o presidente Roberto Costa

destacou que tudo está sendo adequado à realidade do estado. "O relatório já está praticamente finalizado, os cortes necessários para legalizar o orçamento foram feitos, inclusive do Judiciário, do Ministério Público, nós já adequamos à realidade do estado e à necessidade que o Maranhão tem de fazer um orçamento equilibrado, visando atender às demandas da população", disse.

Sobre as emendas feitas por parlamentares, Roberto Costa afirmou que algumas não puderam ser aceitas. "As emendas algumas não puderam ser aceitas, mas as que foram atendidas os anseios da população. Era importante se fazer um orçamento transparente e de forma participativa, como foi feito. Temos a sensação de dever cumprido", garantiu.

O presidente da Comissão afirmou ainda que as emendas não deverão ser ponto de discussão em Plenário, visto que o orçamento contou com a participação de todos. "Os deputados sempre tentam atender o máximo possível os municípios os quais eles representam, mas existe um equilíbrio hoje, um pensamento do Poder Legislativo no sentido de fazer um orçamento real, que possa ser cumprido. Todos os deputados compreenderam e ajudaram no sentido de formatar um orçamento que priorize as necessidades", destacou.



Assembleia Legislativa deve aprovar orçamento estadual de 2015 e entrar em recesso, após muitas discussões entre governistas e opositoristas

Câmara deve aprovar orçamento hoje

Hoje será um dia decisivo para a Câmara Municipal de São Luís, pois o orçamento de 2015 deve ser aprovado. Na manhã de ontem foi realizada uma reunião na sala da presidência da Câmara Municipal. O assunto debatido foi a LOA – Lei de Orçamento Anual. A reunião foi comandada por Ivaldo Rodrigues (PDT), presidente da Comissão de Orçamento; José Joaquim (PSDB), relator da Comissão; e Pedro Lucas (PTB), membro da Comissão.

Além dos membros da Comissão, estiveram presentes na reunião o atual presidente da casa, Isaiás Pereirinha (PSL), o presidente eleito Astro de Ogum (PMN), os secretários municipais de Governo, Fazenda e Planejamento, outros vereadores.

O presidente da Comissão, Ivaldo Rodrigues, falou a **O Imparcial** que está bastante otimista. "Estamos votando de hoje

para amanhã, não votamos hoje como estava na minha agenda, por conta de alguns vereadores levantarem algum tipo de questionamento, estamos negociando aqui na Presidência para saber se votamos amanhã, acreditou eu que será votado".

Segundo o vereador José Joaquim (PSDB), relator da Comissão, o relatório preliminar já está concluído. "O relatório está em caráter preliminar, porque dependerá da aprovação dos demais colegas da Comissão, acredito que se consolide, mas quem é soberano aqui é o plenário", disse José Joaquim.

O orçamento previsto para município é de R\$ 2.701.777.599 bilhões para o próximo ano, cerca de R\$ 75 milhões a mais em relação ao orçamento 2014. O vereador Pedro Lucas Fernandes, membro da comissão, destacou que a Comissão analisou

todas as emendas apresentadas e que, assim como os outros membros da Comissão, acredita que será votada hoje.

A vereadora Rose Sales (PCdoB) falou a **O Imparcial** que a configuração da Lei Orçamentária nada mais é do que um decreto do Executivo municipal, porque, segundo ela, as alterações, as observações que se fazem das inconsistências daquilo que realmente não bate, não é considerado. "Lamentavelmente é a população que perde, são mais de R\$ 22 milhões orçados para a comunicação, não tem previsão descrita para reforma de feiras e mercados na suficiência que deveria ser", disse Rose Sales.

Já foram realizadas várias reuniões e até audiência pública na Câmara Municipal de São Luís, para debater a LOA. Nos encontros anteriores, a Prefeitura de

São Luís foi representada pelo secretário municipal de Planejamento, José Cursino Raposo, além do secretário de Governo, Lula Fylho. Os Vereadores têm até o dia 22 de dezembro para definirem o valor do orçamento municipal para 2015.



é o valor do orçamento que estará à disposição do município de São Luís

CASO BRUNNO MATOS Justiça realiza
audiência para instrução de processo
POLÍCIA 3

CASO BRUNNO

Primeira audiência acontece hoje

Foram arroladas 30 testemunhas pelo Ministério Público para comparecer à audiência que trata da morte de Brunno Matos. Vítimas também serão ouvidas para esclarecer com detalhes o crime

A primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e à tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira acontece hoje, às 8h30. A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, ocorre às 8h30, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Ca-

lhau). Serão ouvidas as vítimas, inquiridas as testemunhas e interrogados os acusados.

O processo tem como acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Foram arroladas pelo Ministério Público e a defesa dos acusados 30 testemunhas. A acusação fica a cargo do promotor de Justiça Agamenon Batista de Almeida Junior.

Está habilitado para atuar no caso o presidente da OAB-Conselho Seccional do Maranhão,

Mário Macieira, admitindo-se a intervenção da Ordem dos Advogados, já que a vítima Brunno Eduardo Matos Soares, ao tempo dos fatos, encontrava-se devidamente inscrita na OAB.

O Caso

Os crimes de homicídio e tentativa de homicídio ocorreram na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, na Rua dos Magistrados, bairro Olho d'Água. Consta nos autos que, nessa data, por

volta das 5h30, policiais militares, ao tomarem conhecimento dos crimes, deslocaram-se de imediato ao local, onde foram informados de que o autor seria Carlos Humberto Marão Filho, residente na mesma rua, próximo ao local do fato. Os policiais foram até a residência do suspeito e, ao tocarem a campainha da casa, foram recebidos por Carlos Marão, que se encontrava com escoriações e sob o efeito de álcool, momento em que recebeu voz de prisão.

Emendas

A bancada do Maranhão (deputados e senadores) garantiu cerca de R\$ 200 milhões em emendas destinando recursos para o Governo do Estado, a Prefeitura de São Luís, o Poder

Judiciário e universidades maranhenses. Os deputados também têm direito a emendas individuais, no valor de R\$ 16 milhões. Para cada senador são R\$ 50 milhões.

Recesso forense altera rotina nas varas e juizados do Estado

O recesso forense, que compreende o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, altera a rotina de Varas e Juizados da capital e do interior. Durante o recesso, estão suspensas as audiências e as sessões de julgamento em todas as unidades. O mesmo vale para prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados.

A medida não se aplica a processos de réus presos com autos vinculados à prisão, bem como a casos de natureza urgente ou que visem a garantir a preservação de direitos. Para demandas urgentes – habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminar - o Poder Judiciário funciona em regime de plantão judicial (cível e criminal) durante o período do recesso.

O expediente é normal para magistrados e servidores. A exceção fica por conta do recesso de Natal e Ano Novo (respectivamente de 22 a 26 de dezembro e de 29 de dezembro a 02 de janeiro de 2015), quando as unidades judiciais funcionam em sistema de rodízio.

O recesso forense anual está previsto no art. 277 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e compreende o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Atendendo a pedido da seccional da OAB, decisão aprovada pelo Pleno do TJ estendeu o período até 20 de janeiro, para que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais no período.

Serviços - De modo a garantir o atendimento ao cidadão pela Justiça, alguns serviços do Poder Judiciário funcionam normalmente durante o recesso, a exemplo da emissão de certidões e emissão de folha corrida (antiga declaração de antecedentes criminais).

Também funcionam normalmente no período a autorização para viagens de menores, obtida na 1ª Vara da Infância e da Juventude (Avenida Silva Maia, 219, Centro, próximo à Praça Deodoro), ou nos postos que funcionam na Rodoviária, das 7h às 19h, Aeroporto (24h) e Estação Ferroviária (somente em dias de viagens). Para viagens internacionais a autorização é obtida exclusivamente na 1ª

Vara da Infância.

Nos cartórios, serviços como registros imobiliários, civil e de óbito não sofrem alteração.

Medidas cautelares de urgência que visem à proteção de mulheres vítimas de violência continuam sendo aplicadas durante o recesso. Para atendimento diretamente na Vara da Mulher é necessário o registro do Boletim de Ocorrência em qualquer delegacia.

A Unidade Móvel do Juizado de Trânsito, que atende a acidentes de trânsito sem vítimas fatais, funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. O serviço pode ser contatado pelos telefones: 98815-8346 e 98878-3003. Em qualquer outro horário o cidadão deve procurar o Grupo Tático de Trânsito, da SMTT, cujo atendimento pode ser feito pelo telefone 3214-1149.

Para o recebimento de críticas, sugestões, reclamações e orientações sobre serviços do Judiciário a Ouvidoria e o Telejudiciário funcionam de segunda à sexta, das 8h às 18h, nos telefones 3194-5849 (Ouvidoria) e 0800-707-1581 (Telejudiciário).
(Marta Barros / Asscom)

Recesso forense altera rotina nas varas e juizados do estado

O recesso forense que compreende o período de 20 de dezembro a 20 de janeiro altera a rotina de Varas e Juizados da capital e do interior. Durante o recesso, estão suspensas as audiências e as sessões de julgamento em todas as unidades. O mesmo vale para prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados.

A medida não se aplica a processos de réus presos com autos vinculados à prisão, bem como a casos de natureza urgente ou que visem a garantir a preservação de direitos. Para demandas urgentes – habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminar – o Poder Judiciário funciona em regime de plantão judicial (cível e criminal) durante o período do recesso.

O expediente é normal para magistrados e servidores. A exceção fica por conta do recesso de Natal e Ano-Novo (respectivamente de 22 a 26 de dezembro e de 29 de dezembro a 02 de janeiro de 2015), quando as unidades judiciais funcionam em sistema de rodízio.

O recesso forense anual está previsto no art. 277 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e compreende o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Atendendo a pedido da seccional da OAB, decisão aprovada pelo Pleno do TJ estendeu o período até 20 de janeiro, para que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais no período.

Serviços – De modo a garantir o atendimento ao cidadão pela Justiça, alguns serviços do Poder Judiciário funcionam normalmente durante o recesso, a exemplo da emissão de certidões e emissão de folha corrida (antiga declaração de antecedentes criminais).

Também funcionam normalmente no período a autorização para viagens de menores, obtida na 1ª Vara da Infância e da Juventude (Avenida Silva Maia, 219, Centro, próximo à Praça Deodoro), ou nos postos que funcionam na Rodoviária, das 7h às 19h, Aeroporto (24h) e Estação Ferroviária (somente em dias de viagens. Para viagens internacionais a autorização é obtida exclusivamente na 1ª Vara da Infância.

Nos cartórios, serviços como registros imobiliários, civil e de óbito não sofrem alteração.

Medidas cautelares de urgência que visem à proteção de mulheres vítimas de violência continuam sendo aplicadas durante o recesso. Para atendimento diretamente na Vara da Mulher é necessário o registro do Boletim de Ocorrência em qualquer delegacia.

A Unidade Móvel do Juizado de Trânsito, que atende a acidentes de trânsito sem vítimas fatais, funciona de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h. O serviço pode ser contactado pelos telefones: 98815-8346 e 98878-3003. Em qualquer outro horário o cidadão deve procurar o Grupo Tático de Trânsito, da SMTT, cujo atendimento pode ser feito pelo telefone 3214-1149.

Forense

A propósito de recesso, o recesso forense acontecerá de 20 de dezembro a 20 de janeiro, interferindo na rotina de Varas e Juizados da capital e do interior...

Suspensão

...No período, estarão suspensas as audiências e as sessões de julgamento em todas as unidades. O mesmo vale para prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados.

Tribunal de Justiça julga 130 processos em sessão itinerante

Com o objetivo de aproximar a Justiça de 2º grau da população e da comunidade acadêmica, o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) realizou nesta terça-feira (16) a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível, no Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), com a participação de mais de 70 pessoas, entre estudantes e servidores da Justiça.

Composta pelos desembargadores Guerreiro Júnior (presidente), Marcelo Carvalho e José de Ri-

bamar Castro, a 2ª Câmara Cível julgou 130 processos (61 em pauta e 69 em extrapauta). Participaram da sessão, o reitor da UFMA, Natalino Salgado, representantes do Ministério Público (MP) e da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB).

Segundo o desembargador Marcelo Carvalho, o projeto permite ao Poder Judiciário uma maior descentralização, possibilitando uma maior interação com a realidade social. “Para ser um juiz verdadeiro, o magistrado tem que conhecer a realidade da comunidade”, frisou.

Natalino Salgado, reitor da Ufma, destacou que a universidade tem uma relação histórica com o Tribunal, através de parcerias firmadas no decorrer de sua trajetória, a exemplo da Casa da Justiça Universitária, que está em fase de implantação.

Idoso que matou jovem no Cohafuma será julgado amanhã

Será submetido a júri popular, nesta quinta-feira (18), o idoso Veudacy Guterres Cavalcante, 77 anos, acusado do assassinato do jovem Marcelo Henrique Freitas Gusmão, 22 anos, em 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, próximo ao condomínio onde morava o acusado e onde a vítima residia com a família. O julgamento será às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

A sessão de julgamento será presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e a defesa com o advogado Herivelton Lago.